

A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÃO E PRÁTICA DE PROFESSOR QUE ATUA NESTA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ESCOLA MUNICIPAL 16 DE MARÇO, CÁCERES-MT¹

NEVES, Ângela Maria – angelamariadasneves57@gmail.com²

PARAÍSO, Giselle Alcântara – giselleanderson18@gmail.com³

SILVA, Vaneide – vaneide_silva2011@hotmail.com⁴

RESUMO

Este trabalho nasce da reflexão, uma vez analisadas certas dificuldades apresentadas aos profissionais da Educação Infantil para fazer uso de instrumentos que facilitam a avaliação do desenvolvimento das habilidades básicas dos alunos dessa modalidade de ensino. Ao escolher o tema: A avaliação na educação infantil: concepção e prática de professor que atua nesta etapa da educação básica na escola municipal 16 de março, Cáceres-MT, a incorporação dos estudos representou um passo adiante onde a pesquisa procura obter uma visão das práticas avaliativas na Educação Infantil entre a visão dos autores. Tendo como objetivo compreender como o professor que atua com turmas da Educação Infantil avalia as crianças no decorrer de sua prática pedagógica, bem como a concepção que o professor tem sobre a avaliação na Educação Infantil.

Palavras-chave: Avaliação. Educação Infantil. Instrumentos. Métodos Avaliativo

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, foi escrito o conceito de avaliação, que foi orientado para a disciplina dos educandos como um mecanismo de contenção que serviu para ter efeito docente por meio da aprendizagem (DALE, 2004).

A avaliação tem sido considerada como um dos principais componentes do processo educativo, caracterizado no discurso teórico, como permanente, progressivo, prático, crítico, flexível, global, participativo e qualitativo. Sem, no entanto, na prática pedagógica dos professores do ensino fundamental, isso tem sido entendido apenas como uma obrigação institucional, como um controle disciplinar e como uma atribuição de notas, menos como uma prática reflexiva do processo educacional (LUCKESI, 2011).

¹ Recorte teórico do Primeiro capítulo da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Programa de Formação de Pesquisadores em Educação - 2020.

² Graduada em Pedagogia na Fundação Universidade do Tocantins

³ Graduada em Pedagogia na UNIVAG e Pós graduada em Psicopedagogia Clínica e Educação Infantil na FAVENI.

⁴ Graduada em Pedagogia na UNOPAR – Universidade Norte do Paraná e Pós graduada em Psicopedagogia na Universidade de Pimenta Bueno.

Os propósitos da educação infantil, atendem à necessidade e o sentido que esses processos formativos adquirem nessas idades: garantir acesso pleno e igual ao conhecimento das crianças. Expandindo desta forma, suas capacidades e habilidades cognitivas, oferecendo espaços e experiências de aprendizagem que permitem o desenvolvimento de suas dimensões sociais, emocionais, cívicas, éticas e morais. A avaliação, como em todos os níveis e componentes do campo educacional, cumpre, nesse nível, um papel estratégico e insubstituível: não é apenas a voz autorizada a fazer julgamentos sobre conquistas e pendências, mas também orienta e entrega os insumos que permite ações oportunas e adequadas para melhorar a qualidade de seu objeto.

Desse modo, busca-se através desse tema: a avaliação na educação infantil: concepção e prática de professor que atua nesta etapa da educação básica na Escola Municipal 16 de Março, Cáceres-MT, conhecer as informações relevantes sobre a forma de avaliar e qual é a concepção e a prática do professor de educação infantil sobre este tema.

De fato, a história da pesquisa avaliativa esteve ligada ao surgimento de debates paradigmáticos e metodológicos. Neste sentido, Hoffmann (2001), destaca que “a avaliação com uma busca contínua para desenvolver metodologias, tem sido o principal promotor do desenvolvimento de paradigmas emergentes, de métodos interpretativo-qualitativos”. Neste mesmo pensamento Caldeira (2000, p.43) coloca que “a avaliação é uma busca do desenvolvimento da teoria de programas educacionais, sociais e políticos, verificando a efetividade das reformas a partir de seus próprios projetos, de seus fins, seu desenvolvimento, escopo, resultados e fornecimento de informações para a tomada de decisões e / ou mudanças nos programas e processos de avaliação” (p. 43).

Vários estudos realizados indicam que a frequência na educação infantil enriquece sua linguagem e sua capacidade de raciocínio, habilidades avaliadas durante o processo do ensino e aprendizagem. Dessa forma, é relevante avançar neste estudo para conhecer os sistemas de avaliação que indique com maior precisão a relação entre esses achados e as condições e práticas avaliativas que estão sendo implementadas nessa modalidade de ensino. Verifica-se a concepção embasada nos teóricos quanto à aprendizagem, em vez de medir o quanto os alunos aprendem, se é uma prioridade explorar o que eles aprendem e como aprendem e quais são as

abordagens pedagógicas que apoiam esses processos em uma variedade de contextos e modalidades nesse nível.

Levando em consideração a pesquisa científica aqui projetada em busca de conhecimento, uma vez que para avaliar envolvem diferentes opiniões e estudo aprofundado com diversos teóricos como: Luckesi (2011); Hoffmann (2000, 2004, 2005, 2012, 2014a, 2014b, 2015); Perrenoud, (1999, 2000); Freire (1984); Luckesi (1995, 2005, 2011); Vasconcelos (2003) e outros.

Neste sentido, nesta pesquisa o tema converge para uma sondagem da avaliação, de uma perspectiva qualitativa, procurando reconhecer o que está acontecendo e entender o que isso significa, neste caso, não apenas o produto é avaliado, mas também o processo.

1. RELAÇÃO COM O TEMA DA PESQUISA

Este trabalho nasce da experiência e da reflexão, uma vez analisadas e detectadas certas dificuldades apresentadas aos profissionais da Educação Infantil para fazer uso de instrumentos que facilitam a avaliação do desenvolvimento das habilidades básicas dos alunos dessa modalidade de ensino. Ao escolher o tema: A avaliação na educação infantil: concepção e prática de professor que atua nesta etapa da educação básica na escola municipal 16 de março, Cáceres-MT, a incorporação dos estudos representou um passo adiante.

A partir da própria experiência como professora, bem como das informações coletadas nos ambientes educacionais em que se opera as atividades como educadora, pois há uma crescente demanda relacionada a questão da avaliação na educação infantil. A partir desta perspectiva pretende-se aqui contribuir com este trabalho para fornecer uma ferramenta para professores de Educação Infantil em nossa comunidade escolar.

Considerando as mudanças ocorridas na Educação Infantil e as novas posturas exigidas do professor em suas práticas pedagógicas considera-se, importantes realizar pesquisas que visem suscitar respostas às inquietações que atribulam a prática cotidiana do professor e contribui para a melhoria do processo ensino aprendizagem.

Considerando as mudanças ocorridas na Educação Infantil e as novas posturas exigidas do professor em suas práticas pedagógicas considera-se, importantes

realizar pesquisas que visem suscitar respostas às inquietações que atribulam a prática cotidiana do professor e contribui para a melhoria do processo ensino aprendizagem.

O processo de ensino-aprendizagem tem sido historicamente caracterizado de formas diferentes, que vão desde a ênfase no papel do professor como transmissor de conhecimento, até as concepções atuais que concebem o processo de ensino-aprendizagem com um todo que destaca o papel do aluno. Nesse último enfoque, considera-se a integração do cognitivo e do afetivo, do instrutivo e do educativo como requisitos psicológicos e pedagógicos essenciais para que a criança se desenvolva.

Utiliza-se, também, autores como Hoffmann (1993, 1994, 1995, 2011), Freitas (2009), Sant'Anna (2002), Esteban (2001) e outros que discutem acerca do assunto, a fim de verificar, na visão destes autores, quais metodologias avaliativas são adequadas para acompanhar e proporcionar o desenvolvimento integral da criança.

Observa-se que no dia a dia são propostas para a criança algumas atividades que favorecem o seu desenvolvimento, mas, no entanto, no momento de avaliar, algumas professoras avaliam outros aspectos sem respeitar o que elas mesmo propuseram anteriormente.

A Educação Infantil a partir da Lei de Diretrizes e Base 9394/96 (BRASIL, 1996), é considerada como a primeira etapa da Educação Básica. É o período em que a criança desenvolverá suas habilidades, motora, intelectual, criativa, emoções entre outras, aprendendo a socializar com outras crianças, e essas habilidades necessitam serem avaliadas cotidianamente no ensino infantil.

O aprender é um aspecto fundamental da vida humana é um dos meios pelos quais pode-se constatar se o aprendizado está ocorrendo, através da avaliação. Assim, apesar de ser um assunto complexo no interior das escolas, em especial de Educação Infantil, a avaliação faz-se necessário não só para avaliar o desenvolvimento da criança, mas também redimensionar a prática do professor.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação segundo Rocha (2016) tem mais de um século e suas origens remontam a preocupações sobre a medição do comportamento humano. São reconhecidos três períodos principais de avaliação: testes, processos e julgamentos.

Durante o período de teste, o objetivo principal era estabelecer diferenças individuais. A avaliação se concentra na elaboração de instrumentos que permitam obter pontuações diferenciais entre sujeitos e sua posição dentro do grupo normativo, sendo que Thorndike é considerado o pai da medição na educação.

Rocha (2016) explica que no período do processo, a avaliação foi conceitualizada como um processo, graças à mudança de paradigma de Tyler, uma vez que Avaliação e Medição eram conceitos praticamente intercambiáveis. Até o termo "Avaliação" era raro. Se alguma vez foi mencionado, sempre esteve na companhia da "Medida" que costumava ser colocada em primeiro lugar "Medida e Avaliação".

Foi assim que Ralph Tyler, o pai da Avaliação, transformou esse paradigma em que a Avaliação veio à tona e a mensuração em um segundo mandato, mas sempre as duas ligadas. No terceiro período, julgamentos, o conceito de avaliação adquire uma conceitualização multidimensional. Corresponde a um julgamento profissional baseado na opinião de especialistas em avaliação, orientada para a tomada de decisão.

Ao longo da história da avaliação, Martins Filho (2015) coloca que os chineses, há mais de quatro mil anos, já haviam realizado testes em cidadãos que desejavam obter cargos públicos. Sócrates e diferentes filósofos gregos no século V aC. C. utilizou questionários avaliativos em suas práticas.

No século XIX, segundo Hoffmann (2006) foram criadas as bases para o estabelecimento de um modelo de avaliação na escola tradicional. Homem nos Estados Unidos por volta de 1845, ele administrava uma avaliação de teste para estudar o desempenho das escolas de Boston e o tipo de educação dos alunos. Focado nos resultados dos alunos, não em programas ou métodos educacionais. Segundo o autor, Rice (1898) conduziu um estudo sobre a ortografia de cerca de 33.000 estudantes, de 1887 a 1898, e concluiu que não houve avanço no ensino. É a primeira avaliação de um programa educacional na América do Norte. Essa demanda avaliativa nos Estados Unidos surgiu junto com o processo de industrialização que mostra as demandas da industrialização na educação.

Segundo Fonseca (2009), por volta de 1906, surgem especialistas em diferentes áreas, como controle, organização e planejamento educacional. O senso moderno de avaliação baseia-se no florescimento do positivismo, empirismo e nos métodos estatísticos usados no estudo da diversidade humana. O conceito de QI

entendido como a correspondência entre a idade mental e a idade cronológica será determinado na Alemanha por volta de 1912. Os testes fornecem aos professores uma ferramenta para quantificar as habilidades e o aprendizado dos alunos no sistema educacional por meio de estatística descritiva e sua expansão para outras áreas educacionais.

Kuhlmann (2009) fala que em 1930 no Brasil, no governo de Getúlio Vargas foi criado o Ministério da Educação (MEC) pelo decreto nº 19.402, responsável pelos assuntos referente ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar. Somente a partir da década de 70 que o país voltou os olhares para as crianças que não tinham acesso a cultural associado por uma ideia assistencialista que ficou enraizada por muitas décadas.

Rossetti-Ferreira (2015) coloca que em 1950, Tyler salienta que, para medir a aprendizagem dos alunos, era necessário determinar antecipadamente os objetivos de forma quantificável, comparar os objetivos propostos e os resultados obtidos e conhecer seu grau de aproveitamento. Com isso, a programação baseada em objetivos é estabelecida. E usa pela primeira vez o termo avaliação entendido como "o processo que permite determinar em que grau os objetivos educacionais propostos foram alcançados".

Nos anos 60, Rocha (2016) explica que aumentou o interesse pela educação, emergiu a educação permanente e global, bem como o interesse pelo fracasso escolar. Isso leva prestar atenção à avaliação educacional e empresarial, com o surgimento de instrumentos de avaliação confiáveis e úteis.

Para Cronbach (1963), a avaliação deve ser entendida como uma fase de "coleta e uso de informações para tomar decisões sobre um programa educacional". Assim, a avaliação deixa para trás o fato de ser entendida como um instrumento de controle e mensuração, com a intenção de realizar uma avaliação no final de um processo, e passa a ser vista como um meio que possibilita o retorno do processo educacional.

Segundo Fonseca (2009) Scriven por volta de 1967 indica que o grau de valor e mérito do objeto avaliado deve ser localizado. Segundo este autor, antes de estabelecer o grau de alcance dos objetivos, é necessário verificar a adequação dos objetivos para a finalidade pretendida. Com isso, a avaliação é entendida como um processo de "julgamento sistemático do valor ou mérito de um objeto". As noções de

programas entendidas como avaliação formativa e avaliação somativa são estabelecidas e objetos são tomados como avaliação intrínseca e extrínseca.

Martins Filho (2015) destaca que na década de 1970, uma mudança foi estabelecida sob as ideias de Piaget e a concepção construtivista de aprendizagem. Surgem opções qualitativas que priorizam o processo e o uso de procedimentos antropológicos. Ideias, entre outras, de avaliação iluminativa, democrática e etnográfica são estabelecidas. A exclusividade da aplicação da avaliação aos alunos cessa e é desenvolvida, entre outros elementos nos centros, nos professores e nos programas educacionais

De acordo com Hoffmann (2006) na década de 80, dá o início a batalha pelas camadas populares que exigiam que fosse feita a ampliação do acesso à escola para as crianças menores de cinco anos. Assim passa a ser reivindicada como um dever do Estado, pois não havia compromisso que até então por meio de lei. Com o advento da Constituição Federal de 88, que passa a reconhecer a educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado.

Assim fica determinado pela Constituição Federal (1988) que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 1).

Dessa forma, conforme estabelecido por Lei Maior, os centros educacionais passam atender as crianças mesmo em forma de assistencialismo. Na outra ponta, com a prestação de serviços na primeira infância permitiu que as mães pudessem se deslocar para o trabalho, enquanto seus filhos ficavam à disposição das creches. O trabalho remunerado permitiu que as mulheres participassem da vida social e econômica e contribuísse significativamente para o orçamento familiar.

É muito recente em nosso país a história da avaliação na Educação Infantil, Martins Filho (2015) coloca que somente a partir de 1996, que foi inserido a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica (Lei nº 9.394/1996).

Surge então, a função social de cuidar e educar, definida por meio de legislação, que implicou diretamente na formação de professores. Surge assim, um novo desafio que se estabeleceu. Passam a ser criadas as pré-escolas que substituíram o trabalho assistencialista oferecidos até então, destinadas a populações socialmente desfavorecidas, dentro do movimento de igualdade de oportunidades.

Para Souza (2000), a questão da avaliação nessa modalidade de ensino é considerada um desafio, pois fica visível que, nesta primeira etapa da educação básica, avaliar a educação infantil significa que não é possível que os professores considerem os mesmos indicadores, critérios e parâmetros como um processo educacional, como um programa, em última análise, destinado a alcançar os objetivos nela estabelecidos.

[...] A avaliação na educação infantil faz parte do processo de ensino e aprendizagem e, por sua vez, mantém uma relação direta com a Proposta Pedagógica, intencional e específica a cada instituição ou programa educacional, uma vez que contém os objetivos educacionais propostos (SOUZA, 2000, p. 43).

Nesse sentido, o autor coloca que o educador ao avaliar nessa modalidade de ensino, deve levar em consideração a Proposta Pedagógica da instituição, alicerçada aos objetivos educacionais, que devem possuir especificidade nesta etapa do desenvolvimento infantil. Na Proposta Pedagógica de cada escola, os objetivos são distintos de outras modalidades de ensino. A avaliação deve prestar atenção especial aos caminhos que as crianças seguem para construir seu aprendizado; mas, além disso, deve ter em mente o resultado final a que se destina, a conquista de aprendizagens específicas, fornecidas CNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil).

Martins Filho (2015) discorre que se as dificuldades das crianças forem abordadas em tempo hábil durante o processo de ensino e aprendizagem, elas poderão alcançar o aprendizado esperado. Na educação infantil, ao avaliar, o professor deve considerar que as crianças trazem aprendizado adquirido anteriormente no ambiente em que foram desenvolvidos. Esses aprendizados anteriores servirão de base para vincular as novas aprendizagens que ocorre na interação com os colegas nas diferentes atividades da sala de aula.

CONCLUSÃO

Depois de concluir os objetivos que estabelecemos durante esta pesquisa bibliográfica de posse do problema levantado, conforme explicamos na introdução e no primeiro capítulo, podemos tirar as seguintes conclusões diante dos objetivos levantados:

No objetivo geral procurou compreender como o professor que atua com turmas da Educação Infantil avalia as crianças no decorrer de sua prática pedagógica, bem como a concepção sobre a avaliação na Educação Infantil. Compreendeu-se que é visível trabalhar com o processo avaliativo nessa modalidade de ensino como um processo de forma contínua, tendo como o objetivo e desenvolvimento do aluno em todos os aspectos. A avaliação tem o objetivo de facilitar a reorientação do processo de aprendizagem e aprendizado. Nessa primeira fase da criança, a avaliação apresenta as informações de um processo decorrente da necessidade de refletir a partir do próprio contexto, da análise das causas e razões de certos resultados e a elaboração de um novo plano, na medida em que forneça base para o diagnóstico. Sobre a concepção, a avaliação deve permitir o ajuste progressivo do processo pedagógico às características e necessidades dos indivíduos, para que seja eficaz para a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem.

No que diz respeito ao objetivo de identificar na literatura, nos documentos oficiais e na proposta pedagógica da escola pesquisada a concepção de avaliação na Educação Infantil, foi revista na LDB 9394/96, no Plano Nacional de Educação (PNE), no PCNs, Brasil (1999) que destaca-se no espaço da educação uma grande preocupação com a formação da criança em toda sua plenitude, outras conquistas legais como o ECA.

No art. 53 que trata do direito à educação: a criança e ao adolescente que têm direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, dentre outras situações legais. Foi observando os regulamentos aprovados pelo Ministério da Educação, que estabelece para as etapas do sistema educacional os princípios e critérios que regulam a avaliação dos alunos com base nos processos de ensino-aprendizagem. Portanto, a avaliação deve ser integrada ao processo educacional, de natureza formativa e, por sua vez, deve ser um instrumento de ação, considerando os objetivos de cada sistema educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2010). **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Brasília, DF: MEC/CNE/SEB, 2009.

_____, Ministério de Educação e Cultura_ **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, 1998.

_____. Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação e dá outras providências**. Brasília, D.F., 1996.

_____. Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação e dá outras providências**. Brasília, D.F., 1996.

_____. (2009). Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Ressignificando a avaliação escolar**. In: Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000.

DALE. Armstrong. Uma visão contemporânea da avaliação. **Revista Presença Pedagógica, v. 10, nº. 57**. Belo Horizonte: Dimensão, maio/junho, 2004.

FONSECA, João Pedro da. **Pré-Escola: em busca do tempo perdido** In: FISCHMANN, R. (org.) Escola Brasileira, Temas e Estudos, São Paulo: Atlas, 1997.
_____. A Educação Infantil. In: MENESES et al. *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica*. São Paulo: Pioneira, 2009

HOFFMANN, J. **Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS FILHO, A. J. (Org.). **Criança pede respeito: ação educativa na creche e na pré-escola**. Porto Alegre: Mediação, 2015.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia**. p. 262 Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 2016.

ROCHA, Maria Aparecida Marques da. **Creche para Crianças até dois anos - o que pensar**. Poá: Editora da Casa, 1997.

SOUSA, Ana Maria Costa de. **Educação Infantil - uma proposta de gestão municipal**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2000.

SOUSA, C. P. de. **Descrição de uma trajetória de avaliação educacional.** *In:* CONHOLATO, M. C. et al. (Org.). Sistemas de avaliação educacional. Ideias, nº 30, p. 161-174, 2008.

SOUSA, S. Z. L. **Revisando a teoria da avaliação da aprendizagem.** *In:* SOUSA, C. P. de. (Org.) Avaliação do rendimento escolar. Campinas-SP: Papirus, 1997, p. 27-49.